

Ajuste estima recessão por mais 2 anos

Humberto Pradera

A economia brasileira não crescerá no próximo ano e também em 93, significando a manutenção da recessão por mais dois anos, em função do ajuste fiscal que o governo vai executar. "O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 91 será pouca coisa acima de zero", disse ontem o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. Ele demonstrou muita cautela ao falar dos efeitos sociais da política de ajuste econômico e se negou a pronunciar a palavra recessão na sua conversa com os jornalistas. Ao argumento de que paralisação da economia no próximo ano significaria mais desemprego no País, por causa das milhares de pessoas que anualmente ingressam no mercado de trabalho, o ministro reagiu de uma maneira enérgica: "Nós já perdemos a década de 80. Temos que fazer o ajuste de uma vez por todas para não perdermos também a década de 90".

Medidas

O programa de ajuste fiscal a ser implantado pelo governo, juntamente com a renegociação da dívida externa, prevê um aumento da receita em 3,8% do PIB (a soma dos valores de bens e serviços produzidos no ano pelo País), a redução do financiamento dos gastos públicos com a emissão de moeda (dos atuais 2,5% do PIB para 0,50% do PIB), uma redução das despesas com juros da dívida interna (dos atuais 2,15% do PIB para 2,09% do PIB) e uma diminuição dos gastos com os juros da dívida externa (dos atuais 1,65% do PIB para 1,31% do PIB). Com o programa, o governo espera reduzir o déficit público operacional dos atuais 2,4% do PIB para 0,61% do PIB.

Com o programa de ajuste, o governo espera estabilizar a economia e resolver a crise financeira do Estado, resgatando sua capacidade de poupar e de investir nas áreas sociais e na infra-estrutura. O ministro Marcílio está convencido de que o ajuste fiscal definitivo só será conseguido com a aprovação do chamado Emendão pelo Congresso. O Emendão, garante, trará a modernidade. "Temos uma história

triste, mas não de horror", tentou amenizar.

A aprovação das emendas constitucionais abrirá espaço para que o governo realize mais facilmente os cortes de gastos necessários ao saneamento das contas do setor público, defina novas formas de financiamentos da Previdência Social e dos serviços públicos. Mas, até que o governo conclua as negociações com o Congresso em torno do Emendão, o Ministério da Economia adotará o que o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, chamou ontem de "ajuste-ponte", que evite o agravamento da inflação. É remédio, mas com a ação estrutural complementar, garantiu Macedo, estará criada a oportunidade de debelar definitivamente a inflação. "Em dois anos, mais ou menos, estaria estancada a hidra da inflação", completou o ministro Marcílio.

Reforma

Esse ajuste transitório será obtido com a aprovação de uma reforma tributária de emergência, uma administração mais austera do Orçamento da União, um rigoroso controle da emissão de moeda e uma política de preços e de renda. A reforma tributária, que prevê uma arrecadação adicional de US\$ 6,2 bilhões (algo em torno de Cr\$ 2,75 trilhões no câmbio comercial de sexta-feira) já está sendo estudada pelo Ministério da Economia e será encaminhada ao Congresso nas próximas semanas.

No caso do Orçamento, a idéia é vincular a liberação das verbas à existência de receita disponível no caixa do Tesouro, segundo informou ontem o secretário de Planejamento, Pedro Parente. Na área monetária será mantida uma taxa de juro real (acima da inflação) e reduzido substancialmente o uso da emissão de moeda para o financiamento de gastos do governo. Mas nem Marcílio e nem o secretário Roberto Macedo explicaram com clareza como será feita a política de renda e de preços. Macedo disse apenas que um certo controle sobre os preços será mantido.



Marcílio, entre Maciel e Passarinho, justifica o ajuste como forma de salvar década de 90